

Oito Anos do Plano Real

Segunda feira, dia 1 de julho, fazem 8 anos das primeiras emissões do Real, a moeda brasileira criada em 28 de fevereiro de 1994 com o nome de URV (Unidade Real de Valor). Nada mau para a moeda que o Presidente do PT e seu séquito de barbudinhos zangados de linguagem parnasiana, até recentemente, insistiam ser um embuste com objetivos eleitorais. Nada mau para uma moeda que o porta-bandeira honorário do Parque Jurássico, o deputado Delfim Netto, deu 4 meses de vida e até hoje diz que fracassou ...

Rigorosamente falando, o Plano Real estava concluído ao final de 1996 quando a inflação brasileira, na margem, atingiu “níveis internacionais”. Em cerca de dois anos, portanto, a inflação foi reduzida de 50% mensais para zero sem congelamento ou controle de preços, sem pré-fixações, truques, mágicas, confiscos e interferências em contratos, e principalmente, sem recessão.

Pelo menos dois elementos foram cruciais para este extraordinário resultado. De um lado, a consciência de que reformas deviam ser feitas, ao longo de vários anos, a fim de se construir os chamados “fundamentos macroeconômicos” para que a estabilização se tornasse uma conquista permanente. Como o “mercado”, e também o eleitorado, ambos acreditaram que as reformas andariam, e se encantaram com o projeto, os efeitos das reformas foram “antecipados”, numa espécie de círculo virtuoso.

De outro, os mercados internacionais de capitais se encontravam em um estado de grande abundância, o que nos permitiu conduzir uma política cambial sem a qual a estabilização não teria sido alcançada com tanta facilidade. Pouca gente lembra que o Real começou sua existência num regime de flutuação cambial exatamente como o de hoje. Em tempos de abundância, todavia, a flutuação não deu muito certo e nos levou às bandas cambiais, que nos serviram muito bem até a violenta mudança meteorológica ocorrida em meados de 1998.

Em fins de 1997, a Crise da Ásia começava a indicar uma mudança para pior na conjuntura internacional que, todavia, apenas se tornaria clara e dramática com a Crise da Rússia, em meados de 1998. Estas difíceis e inesperadas circunstâncias demandaram uma elevação do ritmo, e da urgência, das reformas, de seus resultados no plano fiscal, e também uma mudança no regime cambial. O acordo com o FMI nos deu o apoio necessário para estas mudanças, mas a despeito dos melhores resultados na área fiscal nos anos subsequentes, o ímpeto reformador restou consideravelmente diminuído. O governo perdeu um tanto de sua convicção e, dividido, jogou na defesa durante todo o segundo mandato.

Mas o grande teste vem agora, quando a eleição presidencial nos apresenta quatro candidatos, todos de oposição. É, portanto, genuína a perspectiva de mudança e o mercado tem uma igualmente genuína dúvida sobre a direção. É verdade que já de algum tempo a Oposição começa a dar sinais de que quer desligar-se da postura peçonhenta que sempre adotou com

relação ao Real. Mais recentemente, e em resposta ao justificado nervosismo do mercado financeiro, já é bastante evidente a transmutação dos barbudinhos em bons rapazes que visitam empresas e bancos com conversas amenas e ponderadas, falando na estabilidade como valor indiscutível e outras coisas que apenas fazem lembrar um bordão frequentemente atirado contra FHC: esqueçam o que eu escrevi!

Não se trata aqui de justificar os exageros do mercado nos últimos tempos, mas seria tolo ignorar que o nervosismo é generalizado e autêntico, e que acabou tendo efeitos positivos, pois serviu para antecipar um choque de realidade positivo que fatalmente ocorreria quando os economistas de oposição fossem intimados a migrar do caminhão de som para a mesa de operações do Banco Central. Gostando ou não de mercados financeiros e sua complexa psicologia, o novo presidente vai ter que se acostumar a lidar com eles, pois eles continuarão a ser o cenário básico no âmbito do qual a política econômica é digerida. É bom que os candidatos já comecem a praticar.